

CARGA TRIBUTÁRIA E DESEMPREGO

(Jornal do Brasil – 13/11/2003)

A escorchantes carga tributária que o Estado Brasileiro impõe à sociedade brasileira é o principal fator de geração de desemprego. Tira, o Estado, recursos de quem sabe promover desenvolvimento e empregos e passa para o “labirinto do Minotauro” governamental, devorador de empresas e incapaz de aplicar bem tal receita em serviços públicos. É um notório gerador de desemprego.

Se observarmos a evolução da carga, nos últimos 20 anos, em que subiu de 22% para 37,5% em 2003, veremos que é proporcional ao crescimento do desemprego. Percebe-se, por outro lado, que a “performance” da economia brasileira é cada vez mais medíocre, porque a sociedade transfere recursos do segmento que tem vocação para a iniciativa econômica, para aquele cuja a vocação é apenas deter o poder a qualquer custo e não, prestar serviços essenciais. E, nesta categoria, como Alvin Toffler lembra, em sua “Terceira Onda”, os integradores do poder, isto é os burocratas, têm indiscutível responsabilidade em não permitir que as estruturas dos segmentos públicos se simplifiquem.

Nenhum país emergente no mundo possui a carga brasileira. Todos eles estão na média de 20% (Argentina 22%, Peru 16%, México 18%, Paraguai 14%), pois, nestes países, o cidadão se auto-presta os serviços que deveriam ser prestados pelo Estado. Por esta razão, há pelo menos, um diferencial de 10 a 15% correspondente à auto-prestação de atividades essenciais, se comparada a carga tributária com a dos países que prestam efetivamente serviços públicos, como ocorre com Estados Unidos 29%, Japão 28%, Suíça 33%, Austrália 31% e a própria Alemanha, 37%.

Ora, o Brasil retira por ano, da sociedade, o equivalente a 37,5% de seu PIB para não promover prestação de serviços públicos própria dos países desenvolvidos, mas sim idêntica à dos países emergentes, que estão na média de 20%. Com isto, se somarmos os 10 a 15% correspondente ao que o cidadão tem que dispender em virtude da auto-prestação dessas atividades (Escola, Saúde, Aposentadoria da sociedade não-governamental), teríamos uma carga de 10 a 15% a mais, ou seja, correspondente de 47,5 a 52,5% do PIB.

Ora, se apurarmos a “carga legal”, isto é, àquela que decorre da lei, mas que não é recolhida, por uma série de fatores (impossibilidade de suportá-la, inadimplência, sonegação, corrupção etc.), chegar-se-ia a um acréscimo de mais uns 15%, pelo menos, à

carga real. Assim, a carga legal aprovada pelas Casas Legislativas estaria em torno de 62,5 a 67,5% do PIB, o que é um escândalo nacional.

Neste dantesco quadro, em que a sociedade não ganha e é sufocada por todos os governos que nunca acenam com a redução de tributos, mas só com aumentos, torna-se mais preocupante o "viés" "pretensamente distributivista" dos novos áulicos, que defendem a necessidade de retirar mais recursos da sociedade, ou seja, dos que podem gerar empregos, para transferi-los "pro domo sua", ou seja, para os próprios governantes.

Exemplo típico está no "déficit" da previdência oficial, isto é, dos recursos destinados exclusivamente para atender os aposentados do serviço público, que atingiu, em 2002, a fantástica cifra de 52 bilhões de reais. E o governo declara que fará um esforço para ofertar 5 bilhões a programas sociais (10% do "déficit" previdenciário oficial), retirando, possivelmente, 3 bilhões e meio da saúde!!!

Em outras palavras, toda a transferência "redistributivista" de recursos que retirariam da sociedade, se diluiria nos corredores dos privilégios oficiais e das estruturas administrativas esclerosadas.

Esta é a razão pela qual o país não cresce. Índia e China estão crescendo de 6 a 10% ao ano, mas não achacam sua população com uma carga tributária tão nefasta. México cresce mais do que o Brasil, tem um PIB maior, uma população menor e uma carga que é, em mais do dobro, menor que a brasileira (18%).

Considero todo o projeto que objetiva transferir receitas de quem pode dar empregos para quem desperdiça recursos nacionais, um ato de lesa-pátria, não se compreendendo como no projeto de reforma tributária, todos os elementos necessários para emperrar o desenvolvimento nacional encontram-se enquistados, inclusive o "viés" de tributação sobre patrimônio e capital produtivo (a cada falecimento de um empresário nacional seus herdeiros terão que vender parte da empresa para pagar o Fisco). E não há nenhuma sinalização para reduzir a carga tributária, visto que os governos da Federação não querem fazer a única reforma necessária, qual seja, reduzir o tamanho do "Tiranossauro" estatal, devorador de poupanças, empregos e empresas nacionais.

Com muita razão, Antonio Ermírio de Moraes declarou "Fome zero é esmola". O que o governo deveria fazer é um programa de "Desemprego zero". E desemprego zero não se obterá com a indecente carga tributária brasileira.

